

REPÚBLICA DE ANGOLA  
SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO DE IMPRENSA

O Conselho de Ministros, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realizou hoje, dia 29 de Junho de 2011, a sua 5ª Sessão Ordinária, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta.

Nesta sessão, o Conselho de Ministros apreciou a Programação Financeira do Tesouro Nacional referente ao III trimestre de 2011, no quadro das acções de preparação da elaboração do orçamento para o próximo ano fiscal, aprovou as Linhas Gerais para a Elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2012.

No âmbito da adequação da legislação ao actual quadro jurídico-constitucional, o Conselho de Ministros procedeu à apreciação das propostas de Lei do Arrendamento Urbano e de Mediação Imobiliária.

A Proposta de Lei do Arrendamento Urbano regula os diversos aspectos relacionados com o arrendamento de prédios urbanos, enquanto que a Proposta de Lei de Mediação Imobiliária estabelece as regras que organizam o exercício desta actividade, bem como as obrigações e deveres dos agentes intermediários nas operações de compra e venda ou de arrendamento de imóveis.

No quadro das preocupações do Executivo no sentido de se aumentar o poder de compra dos cidadãos, o Conselho de Ministros apreciou um Memorando que contém um conjunto de medidas de natureza tributária, legal e administrativa que visam reduzir as despesas aduaneiras e os encargos portuários com a importação dos produtos que integram a cesta básica, diminuindo assim o preço final dos mesmos no consumidor.

Ainda neste domínio, o Conselho de Ministros apreciou um Decreto Presidencial sobre as Bases Gerais para Organização do Sistema Nacional de Preços, diploma que estabelece os critérios para a fixação dos diferentes regimes de preços, bem como institucionaliza os mecanismos para fiscalização da sua observância por todos os operadores económicos, contribuindo deste modo para a melhoria da concorrência no mercado e o aumento da defesa dos direitos dos consumidores.

No quadro das medidas que o Executivo se propôs materializar no sentido do aumento das oportunidades de emprego, o Conselho de Ministros aprovou um contrato para a implementação de um programa de desenvolvimento de pequenas e médias empresas e de centros de empreendedorismo.

O referido contrato tem como objectivo o desenvolvimento do sector de pequenos negócios e a promoção da formação profissional de futuros empresários, empregadores e empregados. Para o efeito, serão construídos e apetrechados 10 Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego nas Provinciais de Cabinda, Uíge, Bengo, Malange, Benguela, Kuanza Sul, Huambo, Huíla, Lunda Norte e Moxico.

No domínio da construção de infra-estruturas foi aprovado um Contrato de Empreitada

para a elaboração do projecto executivo e a construção de uma estação de tratamento de águas residuais na zona de Luanda Sudeste.

Relativamente ao sector da educação, o Conselho de Ministros apreciou um projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto das Instituições do Ensino Privado até ao Ensino Secundário. Este diploma legal regula o exercício da actividade docente e educativa das entidades singulares ou colectivas que pretendam ministrar a classe de iniciação, o ensino primário e o 1.º e 2.º ciclos do ensino secundário.

No que concerne ao sector da saúde, o Conselho de Ministros apreciou um Decreto Presidencial que aprova um Acordo de Financiamento entre o Governo de Angola representado pelo Ministério da Saúde e a Associação Internacional de Desenvolvimento, para a implementação de um programa de reforço dos serviços municipais de saúde em 18 Municípios das províncias do Bengo, da Lunda Norte, e de Malange, do Moxico, e do Uíge, que vai beneficiar cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas.

No domínio da cultura, o Conselho de Ministros apreciou um projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional, diploma legal que estabelece as regras da sua organização, estruturação e funcionamento, bem como apreciou várias propostas de resoluções que aprovam a adesão de Angola à Convenção sobre a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, à Convenção sobre a Protecção da Diversidade de Expressões Culturais, e à Convenção do Unidroit de 1995, sobre os bens culturais roubados ou ilicitamente exportados.

No quadro do processo de reorganização da área diplomática, o Conselho de Ministros apreciou os projectos de Decretos Presidenciais que aprovam o Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, o Estatuto do Diplomata, a Institucionalização do Dia do Diplomata, bem como os Regulamentos sobre a Participação das Delegações Angolanas em Reuniões Internacionais e sobre a Gestão e Utilização das Salas do Protocolo do Estado.

Finalmente, o Conselho de Ministros apreciou um projecto de Resolução, que será remetido à Assembleia Nacional, sobre a ratificação do Tratado para o Estabelecimento da Área Transfronteiriça Okavango-Zambeze.

Secretariado do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 29 de Junho de 2011.